

## **São Luiz do Paraitinga: Resiliência Pós-desastre de uma Cidade Patrimônio Nacional**

### **São Luiz of Paraitinga: Post-disaster Resilience of a National Patrimony City**

### **San Luiz del Paraitinga: Resiliencia Post-desastre de una Ciudad Patrimonio Nacional**

*Tânia Cristina Bordon Mioto Silva. Doutora pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e docente da Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP, Brasil.*

*E-mail: tmiotto@uol.com.br*

*José Geraldo Simões Junior. Pós-doutor pela Technische Universitat Wien e docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo, SP, Brasil.*

*E-mail: jgsimoesjr@gmail.com*

#### **Resumo**

A cidade de São Luiz do Paraitinga, referência histórica e cultural do Vale do Paraíba paulista, foi arruinada por uma inundação em 2010, resultado do transbordamento do Rio Paraitinga que circunda a cidade. Esse cataclismo atingiu edificações referenciais e o núcleo histórico tombado (desde 1982) pelo Condephaat, causando a destruição parcial ou total de diversos bens, entre eles a Igreja Matriz São Luiz de Tolosa, em 2013, uma das principais referências da memória de seus habitantes. A partir de uma abordagem que contempla o patrimônio cultural, a memória coletiva, os marcos legais antes da inundação, a descrição do desastre, foram destacadas as ações emergenciais

pós-inundação, nas quais o envolvimento da comunidade em sinergia com as ações da defesa civil e organismos patrimoniais garantiu um processo de forte resiliência, que foi a marca da reconstrução da cidade.

**Palavras-chave:** São Luiz do Paraitinga; Patrimônio; Reconstrução.

### Abstract

The city of São Luiz do Paraitinga, a historical and cultural reference of the Paraíba Valley of São Paulo, was ruined by a flood in 2010, as a result of the overflowing Paraitinga river that surrounds the city. This cataclysm reached referential buildings and the historical nucleus listed (from 1982) by Condephaat, causing the partial or total destruction of diverse goods. In post-disaster actions, one of the highlights was the reconstruction of the São Luiz de Tolosa Church in 2013, one of the main references in the memory of its inhabitants. From an approach encompassing cultural heritage, collective memory, legal milestones before the flood, disaster description, post-flood emergencies were highlighted, in which community involvement in synergy with the actions of the civil defense and patrimonial organisms, guaranteed a process of strong resilience, which was the mark of the reconstruction of the city.

**Keywords:** São Luiz do Paraitinga; Heritage; Reconstruction.

### Resumen

La ciudad de São Luiz do Paraitinga, referencia histórica y cultural del Valle del Paraíba paulista, fue arruinada por una inundación en 2010, resultado del desbordamiento del río Paraitinga que circunda la ciudad. Este cataclismo alcanzó edificaciones referenciales y el núcleo histórico caído (desde 1982) por el Condephaat, causando la destrucción parcial o total de diversos bienes. En las acciones post-desastre, uno de los aspectos a destacar fue la reconstrucción de la Iglesia Matriz São Luiz de Tolosa, en 2013, una de las principales referencias de la memoria de sus habitantes. A partir de un abordaje que contempla el patrimonio cultural, la memoria colectiva, los marcos legales antes de la inundación, la descripción del desastre, se destacaron las acciones de emergencia post-inundación, en las cuales la participación de la comunidad en sinergia con las acciones de la defensa civil y organismos patrimoniales garantizó un proceso de fuerte resiliencia, que fue la marca de la reconstrucción de la ciudad.

**Palabras clave:** São Luiz do Paraitinga; Patrimonio; Reconstrucción.

## RESILIÊNCIA EM PROCESSOS DE RECONSTRUÇÃO PÓS-DESASTRE

*Great natural disasters are rare, but when they occur, the aftermath can change the fortunes of a city or region forever. The process of recovery and its management can affect both the intensity and duration of the experience. Post-disaster reconstruction can offer opportunities to fix long-standing problems: to improve construction and design standards, renew infrastructure, create new land-use arrangements, reinvent economies, and improve governance. If done well, reconstruction can help break the cycle of disaster-related impacts and losses, and improve the resilience of a city or region (JOHNSON; OLSHANSKY, 2016, p. 3)<sup>1</sup>.*

O acidente ambiental que aconteceu na histórica cidade de São Luiz do Paraitinga, na noite de 1º de janeiro de 2010, gerou uma mobilização jamais ocorrida na cidade. População, órgãos patrimoniais, prefeitura, governo do estado, universidades e organizações não governamentais, todos se envolveram no processo de reconstrução. Enfrentando adversidades e as vulnerabilidades sociais existentes, o processo mostrou a necessidade e importância de que uma comunidade esteja preparada para enfrentar essas adversidades. A conscientização das pessoas, seu grau de mobilização, as ações integradas entre os diversos agentes públicos e privados, todos esses fatores são parâmetros para se determinar o grau de resiliência de uma comunidade ou cidade. E o acidente em São Luiz serviu para mensurar o quanto as cidades brasileiras estão (ou não) preparadas para esse tipo de enfrentamento.

A utilização do termo resiliência pelas ciências sociais aplicadas é fato relativamente recente. O conceito vem da área da física e se refere ao estudo da ciência dos materiais, para medir a capacidade que determinado material possui de voltar ao estado original após ser submetido a forte estresse – como pressão, deformação etc.

No campo de outras áreas do conhecimento, como as ciências ambientais e as ciências sociais, o conceito de resiliência aparece associado ao de vulnerabilidade aplicando-se a situações de acidentes e seu processo de recuperação, de forma a mensurar o quanto determinado ecossistema ou comunidade é capaz de superar uma forte adversidade. Com esse entendimento, as comunidades mais vulneráveis são justamente aquelas que estão mais expostas aos riscos de desastres e, conseqüentemente, aquelas que possuem menos condição de enfrentar e reconstruir suas vidas após esses eventos (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES, 2015, p. 14). Ou seja, quanto maior a vulnerabilidade social, menor o grau de resiliência de uma comunidade. No

<sup>1</sup> "Grandes desastres naturais são raros, mas, quando ocorrem, podem afetar permanentemente o futuro de uma cidade ou região. O processo de recuperação e sua gestão podem afetar tanto a intensidade quanto a duração da experiência. A reconstrução pós-desastre pode oferecer oportunidades para corrigir problemas de longa data: melhorar os padrões e tecnologias das construções, renovar a infraestrutura, criar novos arranjos para o uso do solo, reinventar as economias e melhorar a governança. Se bem-feita, a reconstrução pode ajudar a quebrar o ciclo de impactos e perdas relacionados a desastres e melhorar a resiliência de uma cidade ou região" (tradução nossa).

Brasil, esses tipos de ocorrência são frequentes, cabendo mencionar os recentes casos do acidente ambiental com o Rio Doce produzido pela empresa mineradora do grupo Vale, assim também como os deslizamentos das encostas em Petrópolis, ocupadas por assentamentos informais.

Esse tema, seu enfrentamento e prevenção assumem hoje dimensões globais, como o projeto "Construindo Cidades Resilientes", conduzido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que ensejou diversas recomendações para a prevenção de riscos de desastres, como o Marco de Hyogo (2005-2015) e o Marco de Sendai (2015-2030).

No Brasil, recentemente se definiu uma política nessa área, que está sendo gerenciada pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (criada em 2012), por meio de uma política de ações preventivas e de integração intersetorial envolvendo os vários níveis de governo, compondo assim uma agenda para a gestão de riscos e desastres no país.

O caso de São Luiz será aqui apresentado como exemplo, mostrando as dificuldades, os desafios e as ações exitosas que fizeram parte do processo de reconstrução de uma cidade histórica, considerada patrimônio cultural do país.

## A CIDADE DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

O Vale do Paraíba, localizado na parte sudeste do Brasil, entre as duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, reúne cidades históricas, de grande potencial turístico-arquitetônico – datadas do Brasil colônia e império, como São Luiz do Paraitinga, que se situa no centro geográfico dessa região.

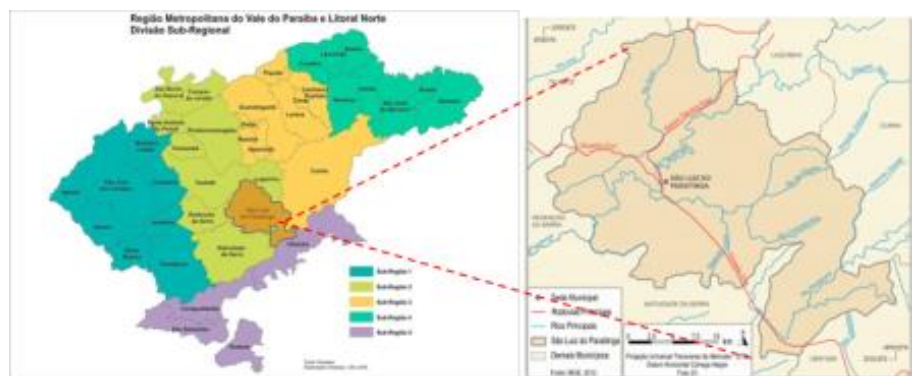


Figura 1: Mapa da região metropolitana do Vale do Paraíba e litoral norte (à esquerda) e mapa ampliado do município (à direita).

Fonte: Munhoz (2013).

A importância de São Luiz do Paraitinga deve-se à sua paisagem natural, às características históricas, econômicas e arquitetônicas, com destacada homogeneidade construtiva (em que a taipa ou pau-a-pique são técnicas dominantes), bem como o baixo grau de descaracterização até os dias atuais.

## HISTÓRIA, SÍTIO URBANO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A região do Vale do Paraíba, em fins do século XVIII, foi a mais povoada da capitania de São Paulo, devido ao ouro descoberto em Minas Gerais, que, conforme Saia (2009, p. 129), criou caminhos onde em 1768 foi fundado São Luiz e Santo Antônio do Paraitinga por Manoel Antônio de Carvalho<sup>2</sup>. Tal fato se conecta a uma política de urbanização, quando se inicia a preferência pelo formato xadrez, característica do núcleo histórico de São Luiz do Paraitinga: primeira povoação planejada de São Paulo, com “traçado ortogonal e o espaço organizado em quadras perpendiculares, uma influência iluminista do governador-geral Morgado de Mateus” (TELLES, 2006 apud ASSUMPÇÃO, 2008, p. 69).

A rica vegetação constituinte dessa paisagem do “mar de morros” começou a ser destruída, no século XIX, pela coivara<sup>3</sup> e, no início do século XX, pela expansão urbana nas encostas, em fundos de vale e na margem do Rio Paraitinga. Predominavam então as pastagens e a produção agrícola, que nos anos 1980 apresentaram queda na produção com consequente decadência do município.

O entendimento desses vestígios – construção social, ocupação do espaço geográfico, transformação de forma significativa da paisagem e procedimentos de utilização dos materiais de construção – nos mostra elementos identitários da cultura local, importantes no processo de reconstrução do município.

## OS ESTUDOS INICIAIS DO IPHAN-SP E O TOMBAMENTO PELO CONDEPHAAT

O processo de interesse<sup>4</sup> pelos remanescentes novecentistas de Paraitinga se origina com o arquiteto Luiz Saia (diretor da coordenação regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em São Paulo de 1946 a 1975). Compreende desde o levantamento das fazendas de café do Vale do Paraíba em 1946, publicações como o *Quadro geral dos monumentos paulistas* de 1963, levantamento da arquitetura dos casarões em 1970 até os estudos de Saia com Jaelson Bitran Trindade, historiador da mesma regional.

Em 2006, inicia-se o “Plano de Ação para 2007” pelo Iphan-SP, em paralelo a um dossiê de tombamento, finalizado somente em 2009 e atualizado após a inundação de 2010, que destruiu grande parte da cidade.

No âmbito estadual, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), o processo de tombamento tem início em 1969 e prossegue entre 1975 e 1976, em parceria com o Iphan-SP, com o levantamento do patrimônio histórico e cultural na região do Vale do Paraíba, coordenado pelo arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade. O tombamento pelo

<sup>2</sup> Morador de Paraitinga; a atual Rua do Carvalho é em sua homenagem.

<sup>3</sup> Prática rudimentar agrícola característica de comunidades quilombolas brasileiras, que inclui a plantação após destruição da mata nativa e consequente queima da vegetação.

<sup>4</sup> Interesse para tombamento de algumas edificações, não do Centro histórico de São Luiz do Paraitinga. O único bem tombado na cidade pelo Iphan-SP era a Casa onde nasceu Oswaldo Cruz (inscrita em 1956, Livro Histórico n. 315 do Iphan-SP).

órgão estadual, de n. 2.066, se efetivou em 30 de abril de 1982, antes do órgão federal.

O Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga foi tombado com o objetivo de constituir uma base legal para salvaguarda de um patrimônio arquitetônico e urbano relevante (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1982 apud SANTOS; PAES-LUCHIARI, 2007), com elaboração paralela ao Plano de Santana de Parnaíba, quando ambas as cidades foram classificadas pela sua homogeneidade e regularidade construtiva.

Na área do Centro Histórico de São Luiz, preservaram-se os gabaritos, as fachadas e determinados limites máximos de altura e volumetria, assim como o Rio Paraitinga, importante componente de ambiência da cidade. Esses parâmetros de proteção das edificações do Centro Histórico foram fundamentais para intervenções posteriores, mostrando respeito às épocas de construção e antevendo um futuro desenvolvimento.

## **O DESASTRE AMBIENTAL: A INUNDAÇÃO E O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO**

### **BREVE DESCRIÇÃO DO ACIDENTE**

Sobre essa cidade patrimonial, ocorreu uma intensa precipitação pluviométrica, no dia 31 de dezembro de 2009, que, somada a outras causas, provocou, no dia 1º de janeiro de 2010, uma forte inundação do Rio Paraitinga.

Nessa data, ocorreu a inundação de parte considerável da área que atingiu o Centro Histórico da cidade. Os dados pluviométricos de Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicavam um acumulado/mês de 624,8 mm, percentual 50% maior do que a média (SANTOS, 2015, p. 63). Mais de quatro mil pessoas ficaram desabrigadas na inundação, com estimativa de que 60% da população sofreu algum prejuízo. A Figura 2 mostra as cotas máximas do ocorrido (linha amarela) e o limite de risco previsto (linha azul).

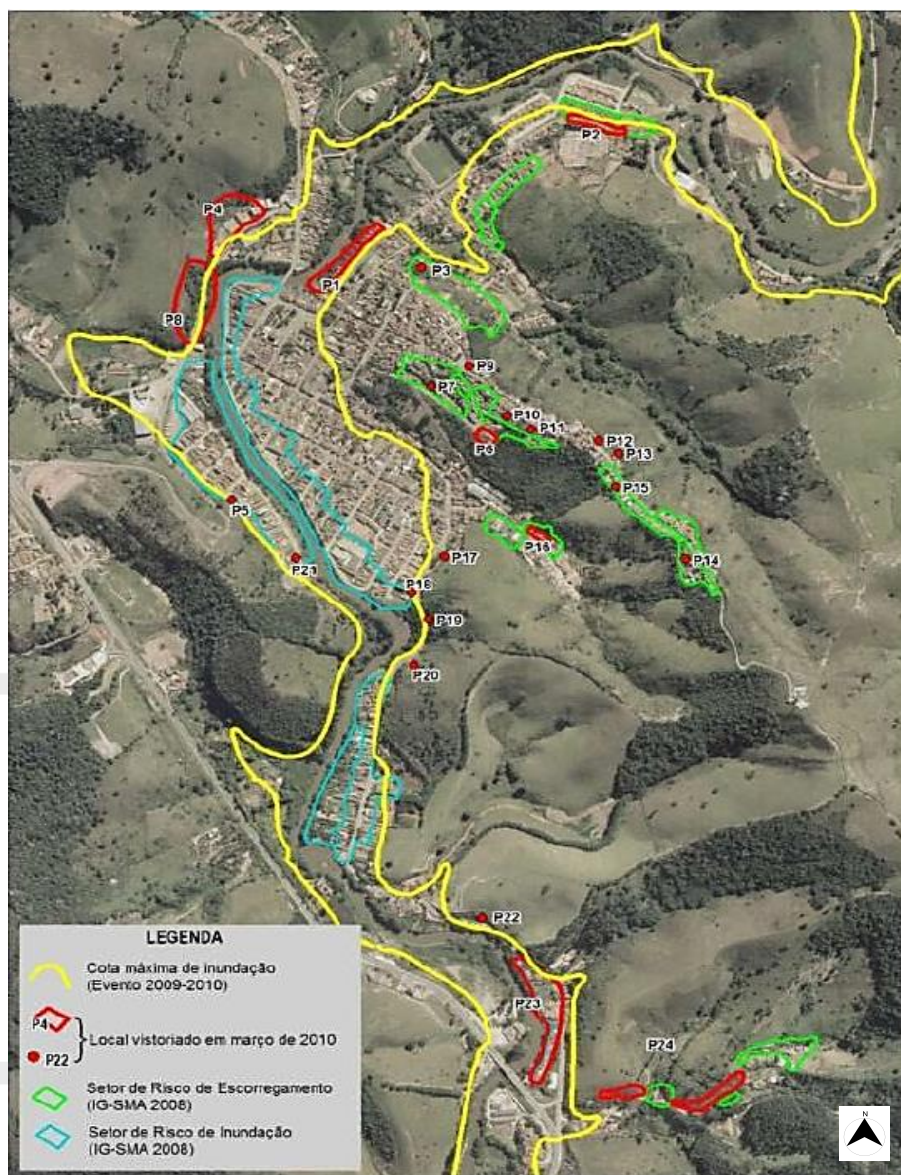


Figura 2: Limite aproximado da inundação de janeiro de 2010. Norte inserido pelos autores.  
Fonte: Tominaga (2014).

Como afirmava Aziz Nacib Ab'Saber (2011 apud ALVES, 2012, p. 4), a cultura de gado e de subsistência seria “tão ou mais predatória das matas nativas da região que o próprio café”. Além disso, dados do Plano Diretor Participativo (PDP) da cidade em 2007 mostravam que a área ocupada pelo eucalipto já atingia cerca de 10% a 12% das terras rurais, concentrada nas cabeceiras dos córregos, afluentes do Rio Paraitinga (ALVES, 2012, p. 4-5). Essas explorações econômicas do solo, em paralelo com o não planejamento da área urbana, a erosão e o assoreamento dos córregos e rios, fazem-nos compreender o processo de formação das enchentes e inundações.

A destruição atingiu uma fileira de casas na rua localizada entre as margens do Rio Paraitinga e a Praça Oswaldo Cruz, importante elemento estruturante na vila, onde foi erguida a Igreja Matriz (SANTOS, 2015, p. 40). A partir dessa área, configurou-se o arruamento da cidade: “a praça (Oswaldo Cruz/Igreja Matriz) [...] serviu de eixo ou pião da vila [...]” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 82), como parte de um plano iluminista e racional dos Setecentos dominante no conjunto urbano de São Luiz do Paraitinga, característica rara de uma morfologia urbana que preservou seu traçado original de forma singular:

Neste sentido, São Luiz do Paraitinga é um legado único, em temas do processo de povoamento “pombalino” como um todo. São raros no Brasil os conjuntos de casas nas praças centrais geradoras, especialmente casas de sobrados, compondo fachadas corridas, mantendo a simetria da linha do telhado e da cumeeira [...] (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 35).



Figura 3: Vista área da cidade de São Luiz do Paraitinga. Foto: Lucas Lacaz Ruiz.  
Fonte: “Enchente em São Luiz do Paraitinga” (2010).

Além desses danos, a água que atingiu 15 metros acima do nível normal fez desabar a Igreja Matriz, um referencial do imaginário religioso e turístico, reconhecida como parte de um conjunto de preservação arquitetônica.

### **PÓS-INUNDAÇÃO: MEDIDAS EMERGENCIAIS DO CONDEPHAAT E DO IPHAN-SP**

Em janeiro de 2010, a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) do Condephaat elaborou um relatório sobre a situação de São Luiz do Paraitinga, com dados que incluíram o montante da tragédia: dentre os 426 bens listados,



foram arruinados 18, e 65, parcialmente afetados, ou seja, o desastre atingiu 20% dos bens.

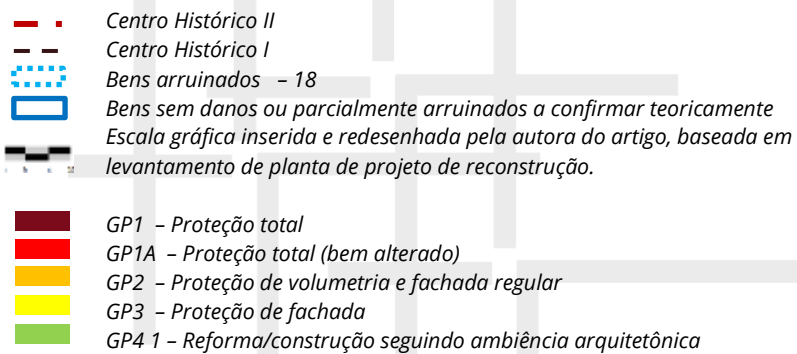


Figura 4: Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga – bens arruinados e bens sem danos ou parcialmente arruinados. Indicação dos graus de proteção, fotos e estado de arruinação. Norte sentido mantido, redesenhado pelos autores. Fonte: Governo do Estado de São Paulo (2010).

No dia 23 de fevereiro de 2010, uma importante reunião da UPPH-Condephaat aprovou a Minuta da Resolução SC-3, (documento complementar à Resolução de Tombamento n. 55/82 do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga), admitindo três alternativas de intervenção para os edifícios arruinados: reprodução, recuperação estilística original ou solução contemporânea. Essas alternativas deveriam ser embasadas em documentos e incluir a consolidação e identificação dos remanescentes das edificações tombadas.

As condições desses remanescentes orientariam as reconstruções a fim de assegurar o testemunho que justificou o tombamento órgão estadual. Era preciso privilegiar a substância original das edificações, as quais, a maior parte, estavam enquadradas nos graus de proteção 3 (GP3) e 4 (GP4), que definiam como

prioridade a manutenção da volumetria e modenatura, fundamentais para a percepção do núcleo tombado. Os procedimentos consideraram particularidades das edificações, do conjunto e da paisagem da cidade.

O Iphan-SP também fez ações emergenciais além do tombamento: de escoramentos, da proteção e limpeza criteriosa dos escombros da matriz, da restauração de imagens sacras, entre outras ações de apoio às demandas locais.

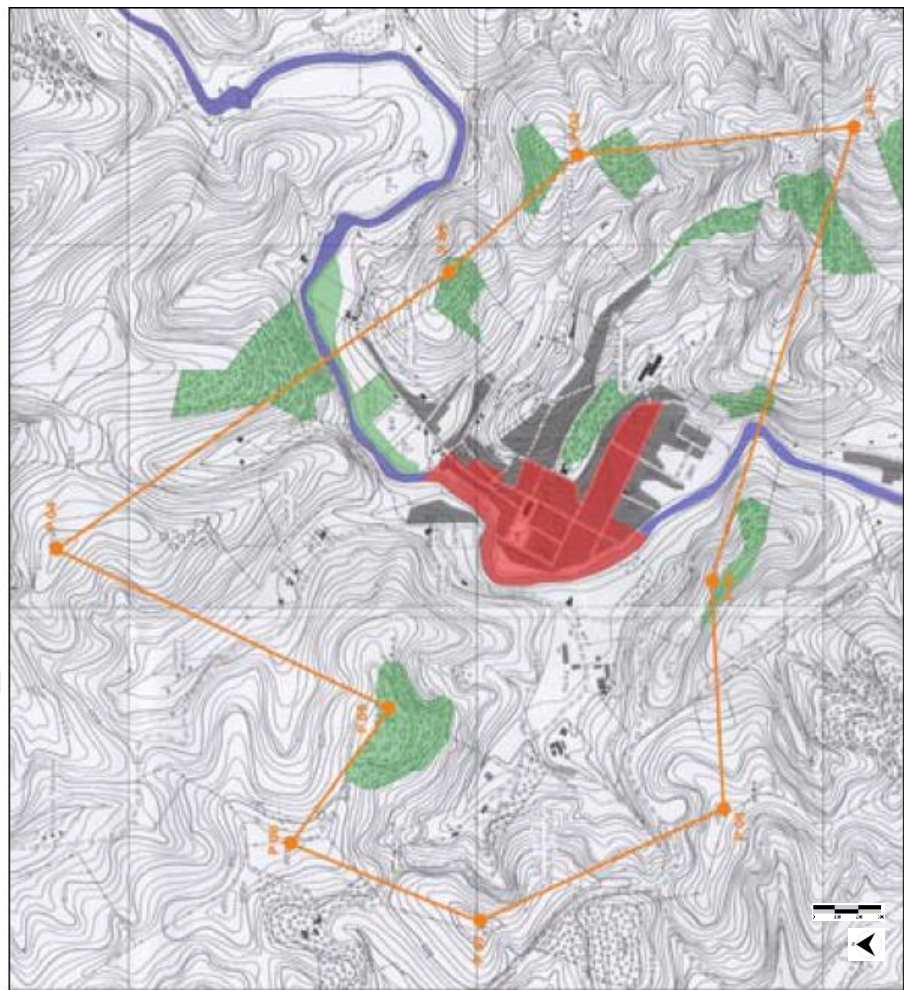
Essas ações emergenciais se desdobrariam a partir da vistoria na cidade, da instalação de um escritório técnico no local, com o apoio do escritório de Goiás (por conta de sua experiência com a inundação da cidade de Goiás Velho, ocorrida anos antes) e da agilização no tombamento provisório do município pelo órgão federal, com base no Decreto-Lei n. 25 de 1937.

Após parecer favorável ao tombamento provisório do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga em 2010<sup>5</sup>, efetivou-se o tombamento definitivo da área em 2012<sup>6</sup>. No processo, foram incluídos aspectos do dossiê inicial do Iphan-SP (decorrente do levantamento de 2009), referentes ao conjunto arquitetônico tradicional do século XIX (1820-1870), ao leito e à várzea do Rio Paraitinga e ao “mar de morros”, incluindo o Morro do Cruzeiro, conforme mostra a Figura 5.

---

<sup>5</sup> Como Conjunto Histórico e Paisagístico, por meio do Processo N. 1590-T-10, a ser prescrito nos Livros de Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

<sup>6</sup> “A área total de preservação visual ultrapassa os seis milhões de metros quadrados. Os marcos urbanísticos e arquitetônicos descritos no perímetro da área urbana têm como objetivo, prioritariamente, a proteção pública e abrange o rio Paraitinga, ruas e áreas seriamente afetadas pela enchente” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).



-  Rio Paraitinga
-  Morro do Cruzeiro
-  Polígono de tombamento do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga

Figura 5: Mapa da delimitação do perímetro preservação visual. Produzido por Giovanni Sarquis e Olívia Buscariolli. Norte e escala gráfica inseridos pelos autores.  
Fonte: Ministério da Educação (2010, pasta Pt. 01192 NT P1).

## O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO: INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Em São Luiz do Paraitinga, foram os próprios moradores que se salvaram e enfrentaram as águas do rio Paraitinga: [...]. As contracondutas dos luizenses – que não esperaram os órgãos de emergência e resgate – ganhavam expressão numa rede de salvamento que envolvia cidadãos comuns, porém, com conhecimento do lugar (MARCHEZINI, 2014 apud SANTOS, 2014, p. 99).

Protagonistas iniciais nas ações de resgate das vítimas do alagamento, as equipes praticantes de *rafting* na cidade chegaram antes dos bombeiros e da Defesa Civil. Atuaram na limpeza das casas e das ruas e na vistoria de imóveis. Dentre os 400 imóveis vistoriados, houve interdição de 150, por causa dos abalos estruturais e pelo fato de estarem situados em áreas de risco.

Concomitantemente, os órgãos de preservação se mobilizaram no salvamento de remanescentes (Figura 6) com obras emergenciais, projetos de restauro, reconstrução, recomposição paisagística (bosque da Casa Oswaldo Cruz) e de bens de caráter cultural (Museu Casa Oswaldo Cruz, Casa Elpídio dos Santos, Cine Éden e o mais importante monumento da cidade – a Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa). Foram também desenvolvidas ações de educação patrimonial e de integração com os moradores da cidade, a exemplo do realizado pelo Iphan-SP com o projeto “Conversando sobre Patrimônio Imaterial” (2012) e a criação da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba (2014), hoje com sede na Casa de Oswaldo Cruz.



Figura 6: Remanescentes da Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa após obras de salvamento executadas pelo Iphan-SP em parceria com a empresa Biapó  
Fonte: Pereira (2012).

Nas atividades de recuperação – logo após a enchente, em fevereiro de 2010 – vale citar – além da elaboração de leis referentes à preservação – a iniciativa dos moradores e da prefeitura local: a criação do Conselho Municipal de Patrimônio de São Luiz do Paraitinga, órgão composto por participantes do Plano Diretor do município e professores da Universidade de Taubaté (Unitau), Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade de São Paulo (USP). Essas frentes de trabalho com a comunidade luzente resultaram em planos de gerenciamento que ultrapassaram o *campus* universitário.

Representantes dessas entidades externas e de setores da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga (PMSLP), como Casa Civil, Secretaria de Economia e Planejamento e Secretaria de Cultura (além do escritório do Condephaat e do Iphan-SP), estabeleceram-se no Centro de Reconstrução Sustentável de São Luiz do Paraitinga – Ceresta (“SÃO LUIZ DO PARAITINGA GANHA CENTRO DE RECONSTRUÇÃO”, 2010), fundado em 2010, no casarão de número 22, e reconstruído na Praça Oswaldo Cruz.

Ajudas emergenciais ao município foram confirmadas por autoridades, compreendendo licitações das obras de reconstrução ainda no primeiro semestre de 2010, a partir de fundos do governo estadual (previsão de R\$ 50 milhões), do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (R\$ 1 milhão) e do Ministério da Cultura (R\$ 10 milhões), por meio do “Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas”, uma iniciativa dos governos federal, estadual e municipal.

Duas audiências públicas (“DEFENSORIA PÚBLICA FAZ AUDIÊNCIA EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA”, 2010) foram realizadas pela administração municipal para discutir os projetos de reconstrução. Destacou-se a identificação do patrimônio cultural imaterial, parte do Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR), importante instrumento no processo de proteção, englobando ações de educação patrimonial.

Perante o cenário pós-destruição e o desafio de crescimento ordenado, pesquisadores apontaram a elaboração de uma memória histórica que mobilizou diversos setores da região. Concordamos com Santos (2010, n.p.) quando afirma que “a cultura popular é um mecanismo de identidade social capaz de associar os moradores em torno de um conjunto de referências comuns”. A análise dessa cultura e memória coletiva vinculada às suas práticas nos mostra que há uma “mobilização social em razão da preservação dos elementos materiais que consubstanciam essa relação” (SANTOS, 2015, p. 3), por meio das forças na reconstrução do município e de seus atores, fortalecendo dessa forma o processo de resiliência pós-desastre da cidade.

A tragédia revelou a união da comunidade e destacou como as práticas culturais a reuniram. A cidade possui distintas manifestações de cultura popular, seja pelas festas e atividades religiosas transmitidas pelas gerações, como a festa do Divino Espírito Santo, seja pelo Carnaval, em danças como o Moçambique e a Congada que incorporam uma imagem da cidade.

## **RECONSTRUÇÃO E RESILIÊNCIA: PRÁTICAS EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA**

A reconstrução de um contexto urbano implica um encontro da identidade desse espaço significativo em um período distinto na história. Se existe um pertencimento relacionado a um mundo material, também podemos compreender suas transformações pela memória, pois a cidade se reconstrói continuamente, e nela as pessoas fixam suas referências. Essa assimilação afetiva,

somada ao tempo, ao espaço construído e às experiências, embutiria uma nova abordagem de imaginários específicos.

Arquitetura e memória coletiva podem ser entendidas como atividades que asseguram a resistência de construções passadas e, ao mesmo tempo, caracterizadoras de edificações e lembranças, concedendo a elas uma compreensão no, e do, presente. Munidas de um sentido de pertencimento, ajudam a reconhecer a cidade como patrimônio e monumento, encerrando um sentido. Se arquitetos se preocupam em preservar a memória e a história, talvez então a análise de desastres – naturais, sociais e tecnológicos – possa demonstrar a resiliência despertada por meio da reconstrução e das ações dos envolvidos.

Entre esses agentes envolvidos, cabe destacar a sinergia entre eles: agentes públicos, organizações não governamentais, universidades e, sobretudo, a comunidade. A fragilidade ambiental do sítio físico onde a cidade está situada, aliada às vulnerabilidades sociais presentes na comunidade luiziense, poderia ter sido um obstáculo à reconstrução. Mas grande parte das adversidades foi superada, e, ao longo do tempo, um processo recuperação da cidade e de seu cotidiano de vida cultural e econômico foi atingido, garantindo assim um razoável processo de resiliência.

Hoje, decorridos oito anos, tanto o governo quanto a comunidade estão mais preparados para enfrentar situações de emergência, por meio de processos de monitoramento e prevenção, com apoio tanto de programas federais da área de gestão de riscos e desastres ambientais como de entidades da sociedade civil.

As recomendações internacionais fazem-se atuar nesse e em outros casos no Brasil, e sua aplicação deve ser incrementada. Dentre elas, podemos mencionar como boas práticas para a cidade de São Luiz do Paraitinga:

- Potencializar redes colaborativas e de informação já existentes, para subsidiar a comunidade com ações preventivas.
- Monitorar os dados ambientais relacionados ao regime hídrico do Rio Paraitinga e os índices pluviométricos da região.
- Definir no Plano Diretor do Município parâmetros de uso e ocupação do solo que favoreçam o incremento de áreas permeáveis urbanas, evitem a ocupação de escostas íngremes e minimizem a movimentação de terra com arruamentos em áreas de expansão urbana, assim como o uso sustentável do solo das zonas rurais, com atividades agrícolas que favoreçam a biodiversidade.
- Incrementar a capacidade de empoderamento do poder público local e das entidades organizadas da sociedade civil, viabilizando agilidade e autonomia para tomada de decisão em situações de emergência.
- Em situações de emergência, ter a capacidade de planejar e agir simultaneamente, minimizando relocações de residentes e condizendo o processo de reconstrução urbana de forma ágil e no menor tempo possível.

• Considerar, no processo de reconstrução, as referências culturais e de memória coletiva da população, envolvendo-a de forma participativa nos organismos patrimoniais e nas ações de defesa e reconstrução do patrimônio cultural.

Dessa forma, podemos então concluir que a cidade de São Luiz do Paraitinga, a partir da experiência adquirida com o enfrentamento e reconstrução pós-desastre, poderá ampliar sua capacidade resiliente em face de processos de acidentes naturais similares, sobretudo se adotar a implementação de recomendações internacionais de gerenciamento de riscos e ações emergenciais, adaptadas, como mencionado antes, para a realidade dessa tão relevante cidade que é considerada patrimônio nacional.

## REFERÊNCIAS

- AL-RACHID, E. *Reflexions sur les espaces ouverts*. 1989. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Université Paris XII Val-de- Marne. Paris XII, 1989.
- ALVES, J. X. de S. São Luiz do Paraitinga: Causas antrópicas rurais da catástrofe de 2010. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS INTEGRADAS, 3., 2012, Guarujá. *Anais...* Guarujá: Unaerp, 2012. p. 1-7. Disponível em: <<http://www.unaerp.br/documentos/1297-sao-luiz-do-paraitinga-causas-antropicas-rurais-da-catastrofe-de-2010/file>>. Acesso em: 19 set. 2015.
- ANTONIOU, J. *Islamic cities and conservation*. Paris: The Unesco Press, 1981.
- ASSUMPÇÃO, R. V. *A formação das identidades urbanas em São Luiz do Paraitinga e Bananal: patrimônio arquitetônico e religioso*. Campinas: Editora da PUC-Campinas, 2008.
- BAMMATE, N. La ville dans l'islam. In: CHEVALLIER D.; BOUHDIBA A. (Dir.). *La ville arabe dans l'islam*. Tunis: Al Asria, 1982.
- BERARDI, R. The spatial organization of Tunis Medina and other Arab-Muslim cities in North Africa and the Near East. In: JAYYUSI, S. et al. (Ed.). *The city in the Islamic world*. Leiden, Boston: Brill, 2008.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES. *Mobilização comunitária para a redução de riscos de desastres*. Florianópolis: Ceped, UFSC, 2015.
- CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2012.
- DEFENSORIA Pública faz audiência em São Luiz do Paraitinga. *Folha Online*, São Paulo, 5 mar. 2010. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/03/703119-defensoria-publica-faz-audiencia-em-sao-luiz-do-paraitinga.shtml?mobile>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ENCHENTE em São Luiz do Paraitinga. *Gazeta Press*, 1º jan. 2010. Disponível em: <[http://gazetapress.com/pauta/22267/retro\\_2010\\_\\_enchente\\_em\\_sao\\_luiz\\_do\\_paraitinga](http://gazetapress.com/pauta/22267/retro_2010__enchente_em_sao_luiz_do_paraitinga)>. Acesso em: 13 jan. 2011.

FOTÓGRAFO DIGITAL. Disponível em: <<http://www.fotografodigital.com.br/mostratrabalho/galeria-78233.html>>. Acesso em: 2 out. 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de situação São Luiz do Paraitinga. 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/Condephaat/Relat%C3%B3rio%20preliminar%20-%20janeiro%202010.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

IGREJA Matriz ressurgue na paisagem de São Luiz do Paraitinga. *O Lábaro*, ano CV, n. 2130, jun. 2014. Disponível em: <<https://issuu.com/diocesedetaubate/docs/labaro-diocese-de-taubate-junho-2017?e=3345326/8282338>>. Acesso em: 18 set. 2016.

JOHNSON, L.; OLSHANSKY, R. *After great disasters*. How six countries managed community recovery. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2016.

KÜHL, B. M. O problema da reprodução de obras arquitetônicas. *Revista CPC*, São Paulo, n. 7, p. 127-136, nov. 2008/abr. 2009. Disponível em: <[http://usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo\\_revista\\_resenhas\\_arquivo\\_pdf/bm\\_kuhl.pdf](http://usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_resenhas_arquivo_pdf/bm_kuhl.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i7p127-136>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. IPHAN-SP. Pastas Pt 01710. NT P01 e Pt. 01192 NT P1, 2010. Acesso em: maio 2015.

MUNHOZ, J. C. *A cartografia temática aplicada ao turismo e sua fruição no município de São Luiz do Paraitinga (SP)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, M. M. de. *A documentação como ferramenta de preservação da memória*. Brasília, DF: Iphan, Programa Monumenta, 2008.

OLIVERIA, Â.; GALLO, D. Qualidade de vida urbana: discutindo vulnerabilidade e resiliência. In: ROSIN, J.; CONSTANTINO, N.; BENINI, S. (Org.). *Cidade, resiliência e meio ambiente*. Tupã: Anap, 2018.

PEREIRA, D. C. Gestão de um patrimônio cultural nacional em risco: o caso de São Luiz do Paraitinga (SP). *Olam – Ciência & Tecnologia*, Rio Claro, ano XII, n. 1-2, p. 278-307, jan./dez. 2012.

SAIA, L. Evolução urbana de São Luís de Paraitinga. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 129-140, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44786/48417>>. Acesso em: 21 nov. 2016.



- SAIA, L.; TRINDADE, J. B. *Publicação número 2*. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
- SANTOS, A. R. dos. *Vidas soterradas*. A tragédia cotidiana dos deslizamentos de terras em áreas montanhosas. *Vitruvius*, Minha Cidade, ano 10, n. 119.04, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.119/3469>>. Acesso em 27 nov. 2016.
- SANTOS, C. M. P. *A modernização do passado: a reconstrução e a refuncionalização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SANTOS, C. M. P.; PAES-LUCHIARI, M. T. D. A espetacularização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga-SP. *Arquitextos*, São Paulo, ano 8, n. 088.11, set. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/214>>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- SANTOS, D. M. *Os Sentidos da Patrimonialização no processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga*. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) - Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2014/dissertacoes/mdh/Daniel-Messias-dos-Santos.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- SANTOS, M. J. dos; RICCI, F. Memória e patrimônio cultural: a reconstrução de São Luiz do Paraitinga. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE, 20., 2010, Franca. *Anais...* São Paulo: Anpuh, 2010.
- SÃO LUIZ do Paraitinga ganha centro de reconstrução. Portal G1, 7 maio 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/05/sao-luiz-do-paraitinga-ganha-centro-de-reconstrucao.html>>. Acesso em: 7 set. 2016.
- SILVA, R. M. D. Políticas culturais e narrativas de reconstrução social em São Luiz do Paraitinga, SP. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 126-141, 2012. Disponível em: <[www.politicasculturaisemrevista.ufba.br](http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br)>. Acesso em: 25 set. 2015.
- TOMINAGA, L. K. *Atuação do Instituto Geológico na Prevenção de Desastres Naturais*. Ciclo de Palestras em Administração de emergências para Municípios em São José dos Campos. São Paulo: IGP, 2010. Disponível em: <<http://www.igeologico.sp.gov.br/downloads/palestras/CAEM%20SJC Campos%20maio2010.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2014.